



Anexo I — Minuta de proposta

_____ abaixo-assinado, com residência em _____ por si ou na qualidade de _____ (diretor, gerente, sócio-gerente, administrador, mandatário, etc.) da empresa _____ devidamente mandatado para o efeito, obriga-se a adquirir os bens a que se refere o anúncio publicado no site institucional da Junta de Freguesia em <https://jf-assuncaoassi.pt> relativo à "Alienação de um Veículo Automóvel Ligeiro Marca Nissan Cabstar 110-35/20C de mercadorias", propriedade da Freguesia de Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, nas seguintes condições de preço:

Veículo Automóvel Ligeiro Marca Nissan Cabstar 110-35/20C de Mercadorias
_____€ (preço por extenso)

PRAZO DE REMOÇÃO. _____

NOTA: O prazo de execução da remoção consiste no prazo que integra transporte e retirada do bem alienado das instalações do Município de Elvas, contado após a adjudicação, prazo esse que tem o seu máximo fixado em 30 (trinta) dias no Caderno de Encargos.

_____, ____ de _____ de 2024 (Local e data)

(Assinatura)



Anexo II — Modelo de Declaração

- 1) _____
_____(nome, número de documento de identificação e morada),na qualidade de representante legal de (1) _____

(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento de hasta pública em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2)se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

- 2) Declara também que executara o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3)
- a.
 - b.
- 3) Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4) Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.21 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 5) O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado



para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

- 6) Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.2 do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra em situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.21 do artigo 55.º do referido Código.

- 7) O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.0 do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data, assinatura)(4)

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem proposta, para além desta declaração
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



ANEXO III-Modelo de Declaração

1. _____
(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹) _____
_____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) adjudicatário(a) no procedimento de _____
(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (³) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (⁴)] (⁵);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do no 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 450 da Lei no 18/2003, de 11 de Junho, e no nº 1 do artigo 4600 do Código dos Contratos Públicos(6)



- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nel do artigo 6270 do Código do Trabalho (7);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de imposto e contribuições para segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal (8);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55? do Código dos Contratos públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456? do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local), (data), [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».



- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se dor o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (I I) Nos termos do disposto nos n^{os} 4 e 5 do artigo 572.